

## “UNICAS S/A - EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES”

ATA DA ASSEMBLÉIA GERAL DE TRANSFORMAÇÃO DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA EM SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO, SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES”, AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL E OUTROS ASSUNTOS E DELIBERAÇÕES

(ELABORADA EM FORMA DE SUMÁRIO, CONFORME FACULTA O ARTIGO 130 DA LEI Nº 6.404/76)

l - DATA E HORA: 20 de agosto de 2024, às 10:00 (dez) horas- **II.-LOCAL:** Sede Social, na Avenida Antonio Carlos Couto de Barros, nº 2.460, sala “UNICAS”, Bairro Jardim Conceição, Distrito de Souza, na Cidade, Município e Comarca de Campinas, SP – CEP: 13.105-000. III. – SÓCIOS PRESENTES: **A. ANTONIO CASELI**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 8.222.037-2, expedida aos 09/08/2001 pela SSP/SP e inscrito no CPF (MF) sob nº 805.238.628-49, residente e domiciliado à Rua Maria Fávoro Furlan, nº 61, Residencial Campos do Conde, Bairro João Aranha, na Cidade e Município de Paulínia, Estado de São Paulo, CEP: 13.145-872; **B. LUIZ GUSTAVO CASELI**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 25.553.472-3, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF (MF) sob nº 268.885.718-58, residente e domiciliado à Rua Osiha Sigrist Pongellupi, nº 1.113, Torre Berlin, Apto. 32, Bairro Mourumbi, na Cidade e Município de Paulínia, Estado de São Paulo, CEP: 13.140-751; e **C. MARCELO CASELI**, brasileiro, casado, empresário, portador da Cédula de Identidade RG nº 23.288.495-X, expedida pela SSP/SP e inscrito no CPF (MF) sob nº 254.735.898-04, residente e domiciliado à Rua Maria Fávoro Furlan, nº 32, Residencial Campos do Conde, Bairro João Aranha, na Cidade e Município de Paulínia, Estado de São Paulo, CEP: 13.145-872; NA QUALIDADE DE UNICOS SÓCIOS REPRESENTANDO A **TOTALIDADE DO CAPITAL SOCIAL DA SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA DENOMINADA “UNICAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA**”, DORAVANTE AQUI, AS VEZES, DESIGNADA SIMPLEMENTE “SOCIEDADE”, COM SEDE NA CIDADE, MUNICÍPIO E COMARCA DE CAMPINAS, ESTADO DE SÃO PAULO, NA AVENIDA ANTONIO CARLOS COUTO DE BARROS, Nº 2.460, SALA “UNICAS”, BAIRRO JARDIM CONCEIÇÃO, DISTRITO DE SOUZAS, CEP: 13.105-000, INSCRITA NO CNPJ (MF) SOB Nº 42.098.957/0001-62, COM SEU CONTRATO SOCIAL CONSTITUTIVO, FIRMADO AOS 25 DE MARÇO DE 2021, DEVIDAMENTE REGISTRADO NA JUNTA COMERCIAL DO ESTADO DE SÃO PAULO – JUCESP, CONFORME **NIRE Nº 35.237.247.061**, POR DESPACHO, EM SESSÃO DE 26/05/2021; E POSTERIORES ALTERAÇÕES, SENDO A ÚLTIMA ALTERAÇÃO CONTRATUAL (2ª. ALTERAÇÃO CONTRATUAL), FIRMADA AOS 08 DE FEVEREIRO DE 2023, DEVIDAMENTE REGISTRADA NA JUCESP SOB Nº **76.414/23-1**, EM **17/02/2023**. IV. - FORMA DE CONVOCAÇÃO E ORDEM DO DIA: DISPENSADA A CONVOCAÇÃO formal por Avisos ou Edital, face ao comparecimento da TOTALIDADE dos sócios, conforme faculta o **§ 2º da Cláusula Vigésima** do Contrato Social Constitutivo da Sociedade, firmado aos 25 de março de 2021, dispensando-se também a leitura da Ordem do Dia, por já terem pleno conhecimento de seu teor. **V. - COMPOSIÇÃO DA MESA:** Por aprovação unânime dos sócios presentes e, nos termos do disposto no Contrato Social Constitutivo da Sociedade, foram nomeados para compor a mesa dos trabalhos os seguintes membros: **Presidente: Sr. Antonio Caseli**, sócio e administrador da Sociedade. **Secretário: Sr. Luiz Gustavo Caseli**, sócio e administrador da Sociedade. **VI. - DELIBERAÇÕES TOMADAS:** Foram votadas e aprovadas por unanimidade de votos dos sócios presentes, as seguintes **RESOLUÇÕES:** 1) **AUMENTO DO CAPITAL SOCIAL DA “SOCIEDADE”:** (a) Resolvem os atuais sócios, de pleno e comum acordo, aumentar o Capital Social da Sociedade, que é atualmente de R\$ 1.350.000,00 (um milhão, trezentos e cinquenta mil reais) para R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), mediante o aproveitamento e capitalização de R\$ 2.850.000,00 (dois milhões, oitocentos e cinquenta mil reais), da seguinte forma: (a) R\$ 2.844.377,81 (dois milhões, oitocentos e quarenta e quatro mil, trezentos e setenta e sete reais e oitenta e um centavos) do saldo existente na conta de “Adiantamento para Aumento de Capital Social”, apurado de conformidade com o Balanço Patrimonial e demais Demonstrações Contábeis correspondentes ao exercício social findo em 31/12/2023; e (b) R\$ 5.622,19 (cinco mil, seiscentos e vinte e dois reais e dezoito centavos), integralizado neste ato em “moeda corrente do país”, na proporção da participação detida pelos sócios no Capital Social. (b) Tendo em vista o aumento de Capital Social ora aprovado e efetivado, o Capital Social de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), totalmente integralizado, dividido em **4.200.000** (quatro milhões e duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, fica distribuído entre os atuais sócios da seguinte forma: ANTONIO CASELI: **560.280** (quinhentas e sessenta mil, duzentas e oitenta) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor de R\$ 560.280,00 (quinhentos e sessenta mil, duzentos e oitenta reais), representando **13,34%** do Capital Social; **LUIZ GUSTAVO CASELI: 1.959.720** (um milhão, novecentas e cinquenta e nove mil, setecentas e vinte) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor de R\$ 1.959.720,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentas e vinte reais), representando **46,66%** do Capital Social; **MARCELO CASELI: 1.680.000** (um milhão, seiscentas e oitenta mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor de R\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil) quotas, representando **40,0%** do Capital Social; **TOTAL: 4.200.000** (quatro milhões e duzentas mil) quotas, no valor nominal de R\$ 1,00 (um real) cada uma, perfazendo o valor total de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais). 2) **TRANSFORMAÇÃO DA FORMA JURÍDICA, DE SOCIEDADE EMPRESÁRIA LIMITADA PARA SOCIEDADE ANÔNIMA DE CAPITAL FECHADO, SOB A DENOMINAÇÃO SOCIAL DE “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA”** (c) Estado totalmente subscrito e integralizado o Capital Social da “UNICAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA”, e considerando as conveniências da Sociedade e os novos rumos que pretendem imprimir aos seus negócios sociais, e tendo em vista ainda os prévios entendimentos já mantidos entre os atuais sócios, representando a **TOTALIDADE** do Capital Social totalmente integralizado, observada ainda a forma Assemblear, resolvem os atuais sócios, de pleno e comum acordo, nos termos do disposto nos Artigos 220 e seguintes da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, e demais disposições legais e regulamentares aplicáveis, **TRANSFORMAR**, como efetivamente **TRANSFORMADA** fica, a forma jurídica da Sociedade Empresária por Quotas de Responsabilidade Limitada “UNICAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA” em Sociedade Anônima de Capital Fechado, sob a denominação social de “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES”, tratando-se de simples transformação de Sociedade já existente e em pleno funcionamento, independentemente de dissolução e liquidação, cuja responsabilidade jurídica subsiste e prossegue sem qualquer solução de continuidade, mantendo-se o mesmo objeto social e sede, assumindo a “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES” todo o Ativo e Passivo, bens, direitos e obrigações, da Sociedade transformanda “UNICAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA”, permanecendo o mesmo Capital Social subscrito e integralizado de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), que na Sociedade Anônima será dividido em 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, SEM VALOR NOMINAL, distribuídas entre os atuais sócios na mesma proporção da participação detida no Capital Social da Sociedade por Quotas de Responsabilidade Limitada, recebendo dessa forma cada quotista, ora acionista, tantas ações quantas forem as quotas que se extinguirão em decorrência da operação de **TRANSFORMAÇÃO**, consoante a seguir se verifica: **ANTONIO CASELI: 560.280** (quinhentas e sessenta mil, duzentas e oitenta) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, perfazendo o valor de R\$ 560.280,00 (quinhentos e sessenta mil, duzentos e oitenta reais), representando **13,34%** do Capital Social; **LUIZ GUSTAVO CASELI: 1.959.720** (um milhão, novecentas e cinquenta e nove mil,

setecentas e vinte) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, perfazendo o valor de R\$ 1.959.720,00 (um milhão, novecentos e cinquenta e nove mil, setecentos e vinte reais), representando **46,66%** do Capital Social; **MARCELO CASELI: 1.680.000** (um milhão, seiscentas e oitenta mil) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, perfazendo o valor de R\$ 1.680.000,00 (um milhão, seiscentos e oitenta mil reais), representando **40,0%** do Capital Social; **TOTAL: 4.200.000** (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, perfazendo o valor total de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais). (d) Em vista da operação de **TRANSFORMAÇÃO** aprovada pela presente Assembleia Geral, os bens imóveis, veículos, reformas e ampliações, investimentos, dinheiro, contas bancárias, aplicações financeiras, créditos, contratos e demais ativos, bens e haveres de direito, bem como todas as obrigações passivas da “UNICAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA” passam automaticamente a constituir o patrimônio da nova Sociedade Anônima “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES”, tornando-se dispensável o Laudo de Avaliação de Bens a que se refere o Artigo 8º da Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, assim como fica também dispensado o Depósito da Entrada do Capital Social integralizado em “moeda corrente do país”, previsto nos Artigos 8º e 81 do referido diploma legal (Lei das Sociedades por Ações). (e) A Assembleia Geral, unanimemente, aprovou em sua íntegra os “ESTATUTOS SOCIAIS”, pelos quais a “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES” se regerá, já autenticado, rubricado e assinado por todos os SUBSCRITORES e/ou ACIONISTAS, ratificando-o em todos os seus Capítulos, Artigos, Parágrafos e Alíneas, razão pela qual o mesmo fazendo parte integrante da presente Ata de Assembleia Geral de Transformação, embora elaborado em apartado, conforme **“ANEXO A”**, para todos os fins de direito, na forma da Lei. (f) Aprovada por unanimidade pelos presentes a “LISTA NOMINATIVA DOS SUBSCRITORES”, do Capital Social inicial da “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES”, no montante de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), representado por 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, sem valor nominal, totalmente integralizado neste ato pela assunção do patrimônio da sociedade transformanda “UNICAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA”, cujo documento, embora elaborado em apartado, conforme **“ANEXO B”**, fica fazendo parte integrante desta Ata, para todos os fins de direito, na forma da Lei. (g) Dessa forma, declarou o Sr. Presidente que, não havendo manifestações em contrário, dava por definitivamente constituída a “SOCIEDADE ANÔNIMA” sob a denominação social de “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES”, por transformação da “UNICAS EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES LTDA”, para vigorar por prazo indeterminado, e tendo por fim e objetivo a exploração das seguintes atividades: (a) Administração de bens, direitos, empreendimentos ou negócios exclusivamente próprios, compreendendo a locação, sublocação, loteamento, arrendamento e a compra e venda de imóveis, veículos e ativos exclusivamente próprios; locação de espaços físicos para fins promocionais e comerciais, diversões e eventos; (b) Participação em outras sociedades, organizações e/ou entidades, na qualidade de sócia, associada ou acionista, podendo adquirir e/ou alienar participações societárias; participar de consórcios, “joint-ventures”, sociedades de propósito específico, sociedades em conta de participações, sociedades “holdings”, associações, parcerias, negócios e empreendimentos de qualquer natureza, realizando quaisquer tipos de investimentos; associar-se a outras empresas e/ou sociedades; criar, manter e/ou extinguir coligadas, controladas e subsidiárias; criar controladas produtoras e operadoras, sociedades de propósito específico (SPE), e sociedades em conta de participação (SCP) para atuar em atividades e segmentos estratégicos; formar redes de sociedades conjugadas; (c) Aquisição, alienação, prospecção, formação e/ou exploração de pontos comerciais, marcas registradas, fundo de comércio, e quaisquer outros bens e direitos incorpóreos; a aquisição de direitos de pessoas jurídicas, resultante de venda de seus ativos ou de prestação de serviços, nos termos dos “ESTATUTOS SOCIAIS” aprovados, com o Capital Social inicial, totalmente integralizado, de R\$ 4.200.000,00 (quatro milhões e duzentos mil reais), dividido em 4.200.000 (quatro milhões e duzentas mil) ações ordinárias ou comuns, todas nominativas, SEM VALOR NOMINAL, subscritas e integralizadas conforme **“BOLETIM DE SUBSCRIÇÃO”** (Lista Nominativa dos Subscritores) ora aprovada, a qual se regerá pelo referido Estatuto Social, pela Lei nº 6.404/76, e suas posteriores alterações, e pelas demais disposições legais e regulamentares que lhe forem aplicáveis. (h) Foram eleitos para compor a primeira **“DIRETORIA”** da “UNICAS S/A – EMPREENDIMENTOS E PARTICIPAÇÕES”, para o mandato de 03 (três) anos – trínio 2024/2027, os seguintes membros, designados simplesmente **“DIRETORES”**: ANTONIO CASELI, LUIZ GUSTAVO CASELI e MARCELO CASELI, todos já qualificados no preâmbulo desta Ata, **havendo os Diretores ora eleitos declarado que não estão incurso em nenhum dos crimes previstos em Lei que os impeçam de exercer atividades econômicas ou mercantis**, todos com mandato até a AGO a realizar-se em 2027, cujos Diretores permanecerão nos seus respectivos cargos até a eleição de novos Diretores e/ou sua reeleição, declarando ainda o Sr. Presidente devidamente empossados em seus cargos ou recém-eleitos membros da Diretoria, tendo em vista que os mesmos assinaram de imediato o competente **“TERMO DE POSSE”**, cujo documento, embora elaborado em apartado, conforme **“ANEXO C”**, fica fazendo parte integrante desta Ata, para todos os fins de direito, na forma da Lei. (i) Por unanimidade de votos, a Assembleia Geral deliberou que os honorários individuais e/ou globais da Diretoria serão fixados e determinados conforme deliberação a ser tomada em “Ata de Reunião da Diretoria”, a qual deverá ser objeto de posterior apreciação e/ou homologação pela Assembleia Geral de Acionistas. (j) Não houve solicitação para a instalação do Conselho Fiscal. (k) Ficou pela presente Assembleia Geral outorgada expressa autorização aos DIRETORES ora eleitos para promover o competente registro e arquivamento da presente Ata, inclusive seus Anexos, perante a Egrégia Junta Comercial do Estado de São Paulo, e posterior publicação, bem como para promover ainda os atos e providências complementares perante todas e quaisquer Repartições Públicas Federais, Estaduais, Municipais, Autarquias e onde mais se fizer necessário. VII. – QUORUM DE DELIBERAÇÃO: Em todas as deliberações foi observada a votação e aprovação por unanimidade de votos dos presentes, deixando de votar os impedidos por Lei. VIII. – ENCERRAMENTO: Colocada a palavra à disposição do plenário e, não havendo manifestação, encerraram-se os trabalhos. IX. – ENCERRAMENTO: A presente Ata e seus Anexos foram lidos, aprovados e assinados por todos os sócios e/ou acionistas presentes, por mim, Secretário, pelo Sr. Presidente, e ainda por 02 (duas) testemunhas, para todos os fins de direito, na forma da Lei. CAMPINAS, SP, 20 DE AGOSTO DE 2024. SÓCIOS-QUOTISTAS E/OU ACIONISTAS: ANTONIO CASELI - CPF (MF) nº 805.238.628-49, LUIZ GUSTAVO CASELI - CPF (MF) nº 268.885.718-58, MARCELO CASELI - CPF (MF) nº 254.735.898-04, TESTEMUNHAS: ALESSANDRA RIBEIRO SPINOLA KATSURAYAMA - RG nº 30.680.484-0-SSP/SP, CPF (MF) nº 268.039.828-90, DAELY MARIA DA SILVA - RG. 19.585.473-SSP/MG, CPF (MF) 123.334.286-00. VISTO: DR. CARLOS ROBERTO PEREIRA - GARCIA JUNIOR, OAB/SP 417.461. JUCESP: JUCESP registrado sob nº 348.728/24-4 e NIRE nº 35.300.647.289, em sessão de 18/09/2024 - MARIA CRISTINA FREI - SECRETÁRIA GERAL.

## BANCO PAULISTA S.A.

CNPJ nº 61.820.817/0001-09 - NIRE 3.530.003.478-3

**EDITAL DE CONVOCAÇÃO ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA A REALIZAR-SE EM 15 DE OUTUBRO DE 2024**  
Ficam convocados os acionistas do Banco Paulista S.A. (“Companhia”) para a Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada na sede social da Companhia, na Av. Brigadeiro Faria Lima, nº 1.355, 2º andar, Jardim Paulista, CEP 01452-919, São Paulo/SP, no dia 15/10/2024 às 10:30h, em primeira convocação, e às 11h do mesmo dia, em segunda convocação, para deliberar sobre as seguintes matérias constantes da ordem do dia: (a) o aumento do capital social da Companhia em R\$130.000.000,00 (cem milhões de reais), mediante a emissão de ações ordinárias e/ou ações preferenciais, todas nominativas e sem valor nominal, com preço de emissão a ser definido pela assembleia; (b) o agrupamento das ações de emissão da Companhia, sem qualquer modificação do valor do capital social, nas proporções a serem definidas em assembleia, bem como os procedimentos a serem adotados para tal; (c) a alteração do artigo 5º do Estatuto Social da Companhia, de modo a refletir o novo valor do capital social da Companhia e a nova quantidade de ações ordinárias e preferências de emissão da Companhia; e (d) a autorização para os administradores da Companhia praticarem todos os atos necessários ou convenientes à implementação das deliberações da ordem do dia. Todos os documentos pertinentes às deliberações acima descritas se encontram disponíveis para consulta na sede da Companhia, no endereço acima indicado. São Paulo/SP, 02/10/2024. Rui Luis Fernandes - Diretor.

## Companhia Brasileira de Alumínio

CNPJ/MF nº 61.409.892/0001-73 - NIRE 35.300.012.763 - Companhia Aberta de Capital Autorizado  
**Edital de Convocação - Assembleia Geral Extraordinária a ser realizada em 23/10/2024**  
Convocamos os senhores acionistas da Companhia Brasileira de Alumínio, sociedade por ações, registrada na Comissão de Valores Mobiliários (CVM) como companhia aberta categoria “A” sob o código 25964-4, com sede na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, na Avenida Engenheiro Luis Carlos Berrim, nº 105, 14º andar, conjunto 141, parte, Cidade Monções, CEP 04571-900, inscrita no Registro de Empresas sob o NIRE 35.300.012.763 e no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas do Ministério da Fazenda (“CNPJ/MF”) sob o nº 61.409.892/0001-73, (“Companhia”), a se reunirem em Assembleia Geral Extraordinária, a ser realizada no dia 23/10/2024, às 9:00 horas (“AGE”), de modo exclusivamente digital, por meio da plataforma digital “Ten Meetings”, que proverá o acesso à AGE, nos termos do artigo 121, parágrafo único e do artigo 124, §2º-A, ambos da Lei nº 6.404 de 15/12/1976, conforme alterada (“Lei das Sociedades por Ações”) e dos artigos 5º, §2º, I, e 28, II da Resolução da CVM nº 81 de 29/03/2022, conforme alterada (“Resolução CVM 81”), a fim de discutir e deliberar sobre as seguintes matérias: alteração do número de membros do Conselho de Administração fixado para o mandato em curso de 7 (sete) para 8 (oito) membros; e eleição de 1 (um) novo membro para o Conselho de Administração da Companhia. **Informações Gerais:** Os acionistas poderão ser representados na AGE por procurador constituído nos termos da Lei das Sociedades por Ações. Os acionistas ou seus representantes legais deverão comparecer à AGE munidos de documentos que comprovem a sua identidade e/ou os seus poderes, conforme o caso. Para participar, os acionistas deverão preencher todas as informações solicitadas e fornecer todos os documentos indicados no Manual e Proposta da Administração para a participação e o exercício do direito de voto na AGE até o dia 21/10/2024. Os acionistas que não realizarem o cadastro no prazo acima referido não poderão participar da AGE, nos termos do artigo 6º, parágrafo 3º, da Resolução CVM 81. As instruções detalhadas para participação na AGE, bem como todos os documentos pertinentes à ordem do dia a serem analisados ou discutidos na AGE, incluindo este Edital de Convocação, a Proposta da Administração, bem como aqueles exigidos nos termos da Resolução CVM 81, encontram-se disponíveis aos Acionistas, a partir desta data, na sede social da Companhia, na página de relações de investidores da Companhia (<https://r.i.cba.com.br/>), na página da B3 (<https://b3.com.br/>) e na página da CVM (<https://www.gov.br/cvm>). São Paulo, 01/10/2024. Luis Erriro de Moraes, Presidente do Conselho de Administração. (02\_03 e 04/10/2024)

## Kirton Bank S.A. - Banco Múltiplo

CNPJ nº 01.701.201/0001-89 – NIRE 35.300.560.426

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 31.7.2024

Aos 31 dias do mês de julho de 2024, às 15h15, reuniram-se, na sede social, Núcleo Cidade de Deus, Prédio Prata, 4º andar, Vila Yara, Osasco, SP, CEP 06029-900, os membros da Diretoria da Sociedade, sob a presidência do senhor Cassiano Ricardo Scarpelli, que convidou o senhor Vinicius Urias Favarão para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram os pedidos de renúncia formulados pelos senhores Clayton Neves Xavier e Nairo José Martinelli Vidal Júnior, Diretores da Sociedade, em cartas desta data (31.7.2024), cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficaram arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada por todos os diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Cassiano Ricardo Scarpelli, Vinicius Urias Favarão, José Gomes Fernandes, Oswaldo Tadeu Fernandes, Afonso Correa Taciro Junior e Antonio Campanha Junior. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. **Kirton Bank S.A. – Banco Múltiplo.** aa) Presidente: Cassiano Ricardo Scarpelli; Secretário: Vinicius Urias Favarão. **Certidão** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 354.212/24-2, em 26.9.2024. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.

CNPJ nº 58.229.246/0001-10 – NIRE 35.300.138.767

Ata da Reunião da Diretoria realizada em 31.7.2024

Aos 31 dias do mês de julho de 2024, às 10h20, reuniram-se, na sede social, Avenida Presidente Juscelino Kubitschek, 1.309, 6º andar, Vila Nova Conceição, São Paulo, SP, CEP 04543-011, sob a presidência do senhor Roberto de Jesus Paris, que convidou o senhor Oswaldo Tadeu Fernandes para secretário. Durante a reunião, os diretores registraram os pedidos de renúncia formulados pelos senhores Clayton Neves Xavier e Nairo José Martinelli Vidal Júnior, Diretores da Sociedade, em cartas desta data (31.7.2024), cujas transcrições foram dispensadas, as quais ficarão arquivadas na sede da Sociedade para todos os fins de direito. Nada mais foi tratado, encerrando-se a reunião e lavrando-se esta Ata que, aprovada pelos diretores presentes, será encaminhada para que assinem eletronicamente. aa) Roberto de Jesus Paris, Oswaldo Tadeu Fernandes, Roberto Medeiros Paula, José Gomes Fernandes, Vinicius Panaro, Afonso Correa Taciro Junior e Antonio Campanha Junior. **Declaração:** Declaramos para os devidos fins que a presente é cópia fiel da Ata lavrada no livro próprio e que são autênticas, no mesmo livro, as assinaturas nele apostas. p.p. **Bradesco-Kirton Corretora de Câmbio S.A.** aa) Antonio Campanha Junior e Dagilson Ribeiro Carnevali. **Certidão** - Secretária de Desenvolvimento Econômico - JUCESP - Certifico o registro sob o número 352.515/24-7, em 24.9.2024. a) Marina Centurion Dardani - Secretária Geral.

## GYBR ENERGY SUBHOLDING S.A.

CNPJ/MF nº 61.675.652/0001-67 | NIRE 35.300.832.044

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 03 DE OUTUBRO DE 2024.**

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 03 de outubro de 2024, às 10h00, na sede social da GYBR Energy Subholding S.A. (“Companhia”), localizada no Município de São Paulo, Estado de São Paulo, na Alameda dos Argonautas, nº 144, 6º e 7º andar, Moema, CEP: 04524-003.  
2. **Convocação e Presença:** A convocação da reunião do capital social da Companhia, sujeita ao prazo legal de 60 (sessenta) dias para publicação, conforme estipulado nos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, devido ao seu excesso em relação ao objeto social; e (ii) autorização aos Diretores da Companhia para a prática de todos os atos relacionados à referida redução do capital. 5. **Deliberações:** Após o exame e análise das matérias da ordem do dia, os acionistas deliberaram o quanto segue: 5.1. Registraram que a ata da presente assembleia geral a ser lavrada na forma de sumário dos fatos ocorridos, conforme faculta o § 1º do art. 130 da Lei das S.A. 5.2. Foi aprovada a redução do capital social da Companhia, considerando-o excessivo em relação ao respectivo capital social, a ser efetivada após o término do prazo legal de 60 (sessenta) dias contados a partir da data de publicação desta deliberação, nos termos dos artigos 173 e 174 da Lei das Sociedades por Ações, no montante de R\$ 40.800.000,00 (quarenta milhões e oitocentos mil reais), mediante o cancelamento de 40.800.000 (quarenta milhões e oitocentos mil) ações ordinárias e sem valor nominal, passando o capital social da Companhia de R\$ 215.743.369,00 (duzentos e quinze milhões, setecentos e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais), dividido em 215.743.369 (duzentos e quinze milhões, setecentas e quarenta e três mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias, nominativas e sem valor nominal, para R\$ 174.943.369,00 (cento e quatro milhões, novecentas e quarenta e três mil, trezentos e sessenta e nove reais), igualmente dividido em 174.943.369 (cento e trinta e quatro milhões, novecentas e quarenta e três mil, trezentas e sessenta e nove) ações ordinárias nominativas, totalmente subscrito e parcialmente integralizado em bens e moeda corrente nacional. A restituição do capital será realizada proporcionalmente às participações acionárias dos acionistas. 5.3. Autorizar os diretores da Companhia a praticarem todos os atos necessários para a consecução das deliberações tomadas, bem como ratificar todos os atos que eventualmente já tenham sido praticados relacionados às matérias deliberadas acima. 6. **Encerramento:** Não havendo nada mais a tratar, o presidente declarou a Assembleia Geral encerrada e seus trabalhos pelo tempo necessário para a lavratura da presente ata, a qual lida e achada conforme, foi assinada por todos os presentes. **Certificamos que a presente ata é cópia fiel da original lavrada em livro próprio.** São Paulo/SP 03 de outubro de 2024. **Mesa: Benjamin André Pascal Jean-Pierre Marton – Presidente, Luiz Eduardo da Silva – Secretário.**

## SIGMA MINERAÇÃO S.A.

CNPJ/ME Nº 16.482.121/0001-57 - NIRE 35.300.441.672

**ATA DE ASSEMBLÉIA GERAL EXTRAORDINÁRIA REALIZADA EM 20 DE SETEMBRO DE 2024.**

1. **Data, Hora e Local:** Realizada em 20 de setembro de 2024, às 10:00 horas, na sede da Sigma Mineração S.A. (“Companhia”), na cidade de São Paulo, Estado de São Paulo, Brasil, na Av. Nove de Julho, nº 4.939, cj. 93 (Parte), CEP 01407-200. 2. **Mesa:** Presidente: Ana Cristina Cabral; Secretária: Paula Lacava. 3. **Convocação e Presença:** Tendo em vista a presença da Acionista representando a totalidade do capital social da Companhia, estão dispensadas as formalidades de convocação, nos termos do Artigo 124, § 4º, da Lei 6.404 de 15 de dezembro de 1976, conforme aditada (“Lei das S.A.”), conforme assinaturas constantes no Livro de Registro de Presença de Acionista da Companhia, arquivado na sede da Companhia. 4. **Ordem do Dia:** Examinar, discutir e votar acerca dos seguintes assuntos: (a) A celebração de um financiamento, a ser efetivado entre a Companhia, como Devedora, e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (o “BNDES”), na qualidade de Agente Financeiro do Fundo Nacional sobre Mudança do Clima (o “FNMC”), como Credor, no valor de R\$ 486.765.000,00 (quatrocentos e oitenta e seis milhões, setecentos e sessenta e cinco mil reais), a ser provido com recursos do FNMC, no âmbito do Programa Fundo Clima, destinado à implantação de uma unidade industrial de beneficiamento de concentrado de lítio, com capacidade produtiva de 250 mil toneladas/ano, no âmbito da Fase 2 do Projeto “Grita do Cirilo”, localizada no município de Itinga-MG, observadas as Condições para a Operação anexas à Decisão de Diretoria BNDES nº 222/2024, de 22/08/2024, sendo os prazos e custos dispostos a seguir: **CONDICÕES / CRÉDITO - Valor (R\$): R\$ 486.765.000,00**. Custo Financeiro: Fixo 6,15% aa. **Remuneração Total: 1,30% aa.** Remuneração Básica: 1,10% aa. Remuneração de Risco: 0,20% aa. **Prazo Total: 192 meses.** Execução: 18 meses. Utilização: 18 meses. Carência: 18 meses. Amortização: 174 meses. **Sistema de amortização:** SA. A taxa de juros será de 7,5% (sete inteiros e cinquenta e três centésimos por cento) ao ano, a qual é composta pelo fator resultante da acumulação da multiplicação dos seguintes componentes: (i) taxa fixa de 6,15% (seis inteiros e quinze centésimos por cento) ao ano; e (ii) a remuneração total de 1,30% (um inteiro e trinta centésimos por cento) ao ano, sendo que a periodicidade do pagamento dos juros será trimestral durante o período de carência e o pagamento do principal e dos juros será mensal durante a amortização. (“**Contrato de Financiamento FNMC**”). A operação será garantida por fiança bancária, pela totalidade da dívida ou progressiva, nos termos aceitos pelo BNDES, a ser prestada por instituição(ões) financeira(s) que, a critério do BNDES, esteja(m) em situação econômico-financeira que lhe(s) confira(m) grau de notória solvência, devendo o(s) fiador(es) obrigari(em)-se na qualidade de devedor(es) solidário(s) e principal(is) pagador(es) das obrigações decorrentes do Contrato, até sua final liquidação, com renúncia expressa aos benefícios dos artigos 366, 827 e 838 do Código Civil. (b) A autorização para os administradores e procuradores da Companhia, para realizar todo e qualquer ato e celebrar quaisquer outros contratos, instrumentos, certificados, aditamentos, anexos, procurações, notificações, cartas e outros documentos que possam ser necessários para a formalização e implementação do Contrato de Financiamento FNMC. 5. **Deliberações:** Instalada a presente Assembleia Geral, após exame e discussão das matérias constantes da ordem do dia, a Acionista da Companhia, resolveu, sem quaisquer restrições ou ressalvas: 1.1. Aprovar todos os termos e condições e a celebração pela Companhia do Contrato de Financiamento FNMC. 1.2. Autorizar os diretores, administradores e procuradores da Companhia, para realizar todo e qualquer ato e celebrar quaisquer outros contratos, instrumentos, certificados, aditamentos, anexos, procurações, notificações, cartas e outros documentos que possam ser necessários para a formalização e implementação do Contrato de Financiamento FNMC. 6. **Lavratura:** A Acionista autoriza a lavratura da presente ata na forma de sumário, nos termos do Artigo 130, §1º da Lei das S.A. 7. **Certidão:** A presidente e a secretária da mesa certificam que a presente é cópia fiel da ata lavrada no Livro de Atas de Assembleia Gerais da Companhia. 8. **Encerramento:** Nada mais havendo a ser deliberado, a Sra. Presidente ofereceu a palavra a quem dela quisesse fazer uso e, como ninguém a solicitou, declarou encerrados os trabalhos e suspensa a reunião pelo tempo necessário à lavratura da presente ata, a qual, reaberta a sessão, foi lida, aprovada e assinada pelos presentes. **Mesa:** Sra. Ana Cristina Cabral, como Presidente e Sra. Marina Bernardini, como Secretária. **Acionista:** Sigma Lithium Holdings Inc (representada pela Sra. Ana Cristina Cabral), São Paulo, 20 de setembro de 2024. **Mesa:** Ana Cristina Cabral – Presidente. Paula Lacava – Secretária. **Acionista:** Sigma Lithium Holdings Inc. p. Ana Cristina Cabral. Registro JUCESP nº 353.919/24-0 em 25/09/2024. Marina Centurion Dardani – Secretária Geral em Exercício.





Senhores acionistas, submetemos a apreciação de V. Sas. as Demonstrações contábeis ao exercício encerrado em 31 de Março de 2023. A evolução de suas operações e os principais fatos ocorridos neste exercício poderão ser examinados através das próprias demonstrações contábeis. Colocamo-nos a disposição de V. Sas. para quaisquer esclarecimentos adicionais.

Balanco patrimonial - Exercícios findos em 31 de março - Em milhares de reais, exceto quando indicado de outra forma					
ATIVO	Nota	Controladora		Consolidado	
		2023	2022	2023	2022
Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	-	9.270	4.324	108.516
Títulos e valores mobiliários	5	135.655	8.554	165.215	34.961
Contas a receber	6	-	-	5.609	2.066
Estoque	-	-	-	454	1.366
Tributos a recuperar	959	645	3.185	1.664	
Dividendos a receber	7	-	10.643	2.389	2.391
Outros ativos	-	-	-	92	1.093
Total do circulante		136.614	29.112	181.268	152.057
Não circulante					
Contas a receber	6	-	-	34.987	9.528
Adiantamento para futuro aumento de capital	800	-	-	4.950	-
Outros ativos	-	-	-	302	304
Investimentos em coligadas e controladas	8	1.590.999	1.483.302	1.424.808	1.279.060
Propriedades para investimentos	9	-	-	34.970	35.084
Imobilizado	10	-	-	53.553	44.087
		1.591.799	1.483.302	1.553.370	1.388.063
Total do ativo		1.728.413	1.512.414	1.734.638	1.520.120

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido - Exercícios findos em 31 de março de 2023 - Em milhares de reais														
Ativo	Nota	Ações em circulação		Reserva de capital	Reserva de lucros	Reserva de lucros acumulados	Total							
		2023	2022											
Em 31 de março de 2021		346.065	(31.255)	2.128	272.304	(134.831)	(15.007)	496.252	17.803	1.282.893	-	1.022.152	77.731	1.588.883
Efeitos perdas com aumento de capital social	13(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	4.397	(57.905)
Efeitos do ganho de participação em controlada	13(e)	-	(2.569)	178	21.951	(9.543)	(1.245)	65.871	11.945	34.116	(34.116)	-	86.588	
Constituição de reserva de incentivo fiscal - reflexa	13(e)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	3.332	(100.063)	
Realização de mais-valia de deemed cost	13(b)	-	-	-	(3.958)	-	-	-	-	-	-	-	639	
Resultado com derivativos - hedge accounting	-	-	-	-	-	100.083	-	-	-	-	-	-	1.541	101.624
Ajuste reflexo por aquisição e alienação de ações de emissão própria por controlada	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-
Ajuste de tributos diferidos em investidas	13(b)	-	-	-	29.018	-	-	-	-	-	-	-	11	29.029
Outros Reflexos	-	-	-	-	-	3.294	(490)	-	-	-	-	-	5.289	6.240
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	340.564	340.564	12.961	-	34.116	353.514
Destinação do lucro														
Constituição de reservas	13(d)	-	-	-	-	-	-	-	17.028	-	-	-	(17.028)	-
Juros sobre capital próprio	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	(21.526)	(21.526)	-	-	(2.052)	(23.578)
Dividendos mínimos obrigatórios	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	(16.176)	(16.176)	-	-	-	(16.176)
Dividendos complementares	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(37.024)	(39.130)
pagos antecipadamente	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(218.021)	(218.021)
Reserva retenções de lucros	13(d)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	218.021	218.021
Em 31 de março de 2022		346.065	(33.824)	2.306	319.306	(44.281)	(12.958)	726.146	34.631	174.954	-	-	531	1.512.865
Variação em participação de investida	13(a)	-	1.733	(3)	-	414	12	-	-	-	-	-	2.157	51
Constituição de reserva de incentivo fiscal - reflexa	13(e)	-	-	-	-	-	-	-	38.471	(38.471)	-	-	-	-
Realização de mais-valia de deemed cost	13(b)	-	-	-	(2.175)	-	-	-	2.175	-	-	-	-	-
Resultado com derivativos - hedge accounting	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(6.855)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	-	-	-	-	-	285.477	285.477	162	-	285.639
Destinação do lucro														
Constituição de reservas	13(d)	-	-	-	-	-	-	-	14.274	-	-	-	-	(14.274)
Juros sobre capital próprio (LSCP)	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	(51.224)	(51.224)	-	-	-	(51.224)
Dividendos mínimos obrigatórios	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	(5.972)	(5.972)	-	-	-	(5.972)
Dividendos mínimos obrigatórios	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(7.588)	(7.588)
pagos antecipadamente	13(c)	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	-	(174)	(174)
Reserva retenções de lucros	13(d)	-	-	-	-	-	-	-	169.123	-	-	-	(169.123)	-
Em 31 de março de 2023		346.065	(32.091)	2.303	317.139	(61.146)	(12.544)	885.261	48.906	214.425	-	-	576	1.728.888

As notas explicativas da administração são parte integrante das demonstrações financeiras.

**1. Contexto operacional: Informações gerais:** A San Giovanni Participações S.A. ("Companhia") está sediada na cidade de São Paulo, estado de São Paulo. A Companhia foi constituída em 14 de julho de 2014 e tem como objeto social e atividade preponderante a participação societária no capital de outras empresas e também a aquisição e comercialização de bens próprios. Os investimentos societários da Companhia, apresentados na Nota 8, estão representados, substancialmente, pela participação societária na João Omotto Participações S.A. ("JOP"), cuja atividade preponderante atualmente é a participação societária na empresa holding LJM Participações S.A., sociedade anônima de capital fechado, que concentra 54,92% das ações ordinárias em circulação em 31 de março de 2023 da São Martinho S.A. e o controle (2022 - 54,23%), a São Martinho S.A. por sua vez, é uma sociedade anônima de capital aberto, com sede na cidade de Pradópolis, Estado de São Paulo, cuja atividade preponderante é o plantio de cana-de-açúcar e fabricação e o comércio de açúcar, etanol e demais derivados da cana-de-açúcar, cogeração de energia elétrica, exploração agrícola e pecuária; importação e exportação de bens, de produtos e de matéria-prima e a participação em outras sociedades. Além da participação na LJM, a JOP também mantém a participação direta de 0,60% nas ações emitidas da São Martinho S.A. (2022 - 0,60%); participação direta de 50% (2022 - 50%) na Agro Resúria Vale do Corumbatai S.A. e a participação direta de 29,98% (2022 - 29,98%) na Imobiliária Paramirim S.A. Adicionalmente, a Companhia possui as seguintes participações: Velvet Participações S.A. (99,57%), Jottapar Participações S.A. (47,53%), bem como participação indireta na Clip Agropecuária Ltda. (100%) através da Velvet Participações S.A.; todas com objeto social de participação em outras sociedades e também atividades imobiliárias. A Velvet Participações S.A. também detém a participação majoritária da Jottapar Participações S.A. A Companhia participa também das empresas (i) Colinas do Engenho II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (100%), (ii) Jardim Campo Verde II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (100%), (iii) Reserva Ducale Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. (100%), (iv) as empresas Colinas do Engenho II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Jardim Campo Verde II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. relacionadas apresentaram movimentos relevantes e a empresa Reserva Ducale Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. não entrou em operação no período. A emissão de duas demonstrações financeiras da Companhia foi autorizada pela Administração em 19 de julho de 2024. **Efeito do Coronavírus nas demonstrações financeiras da Companhia e suas investidas:** Os impactos macroeconômicos relacionados à pandemia COVID-19 estão refletidos nas estimativas e julgamentos da Companhia na preparação destas demonstrações financeiras. Em síntese, além do impacto sanitário e às pessoas, o maior desses impactos está relacionado a taxa de juros, câmbio e consequentemente avaliação de ativos, passivos e resultado. O Grupo monitora esses fatores, não identificando, em 31 de março de 2023, incertezas que pudessem afetar material e negativamente seu patrimônio ou colocar em risco as operações. **Conflito entre Rússia e Ucrânia:** O conflito entre Rússia e Ucrânia, tem impactado o cenário econômico global e, nesse contexto, setor sucroenergético podendo afetar a disponibilidade e preço de insumos, principalmente de fertilizantes, petróleo e outros commodities. O Grupo acompanha a situação e adota medidas para otimização de seus recursos, e proteção das receitas.

**2. Resumo das políticas contábeis significativas:** As políticas contábeis significativas aplicadas na preparação destas demonstrações financeiras estão definidas a seguir. Essas políticas vêm sendo aplicadas de modo consistente em todos os exercícios apresentados, salvo quando indicado de outra forma. **2.1. Base de preparação e apresentação:** As demonstrações financeiras individuais e consolidadas foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições da legislação societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis ("CPC") e evidenciam todas as informações relevantes próprias das demonstrações financeiras, e somente elas, as quais estão consistentes com as utilizadas pela administração na sua gestão. As demonstrações financeiras foram preparadas considerando o custo histórico como base de avaliação, bem como ativos e passivos financeiros mensurados ao valor justo por meio de resultado. A preparação de demonstrações financeiras requer o uso de certas estimativas contábeis críticas e também o exercício de julgamento por parte da Administração da Companhia no processo de aplicação das políticas contábeis. Aqueles áreas que requerem maior nível de julgamento e possuem maior complexidade, bem como as áreas nas quais premissas e estimativas são significativas para as demonstrações financeiras, estão divulgadas na Nota 3.2.2. **Base de consolidação e investimentos em controladas:** As seguintes políticas contábeis são aplicadas na elaboração das demonstrações financeiras consolidadas. A Companhia apresenta os dividendos recebidos de suas controladas nas atividades de investimentos do seu fluxo de caixa por contabilidade de custo e não por custo de aquisição. **(a) Controladas:** Controladas são todas as entidades funcionais sob o controle e a administração da Companhia, incluindo as controladas a partir da data em que o controle é transferido para a Companhia. A consolidação é interrompida a partir da data em que a Companhia deixa de ter o controle. As demonstrações financeiras consolidadas incluem as demonstrações financeiras da controladora e de suas controladas, observando os percentuais de participação em vigor e os critérios de consolidação aplicáveis. Portanto, os saldos consolidados incluem as controladas João Omotto Participações S.A., Velvet Participações S.A., Jottapar Participações S.A., Clip Agropecuária Ltda., Colinas do Engenho II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Jardim Campo Verde II Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda., Reserva Ducale Empreendimentos Imobiliários SPE Ltda. **(b) Transações e participações de acionistas não controladores:** A Companhia trata as transações com participações de acionistas não controladores, quando aplicável, como transações com proprietários de ativos de suas controladas. Para as compras de participações de acionistas não controladores, a diferença entre qualquer contraprestação paga e a parcela adquirida do valor contábil dos ativos líquidos da controlada é registrada no patrimônio líquido. Os ganhos ou perdas sobre alienações para participações de acionistas não controladores também são registrados no patrimônio líquido. **(c) Investimentos em coligadas:** Coligadas são todas as entidades sobre as quais a Companhia tem influência significativa, mas não o controle, geralmente em conjunto com uma participação acionária de 20% a 50% dos direitos de voto. Os investimentos em coligadas são contabilizados pelo método de equivalência patrimonial e são, inicialmente, reconhecidos pelo seu valor de custo. A participação da Companhia nos lucros ou prejuízos de suas coligadas é reconhecida na demonstração do resultado e sua participação na movimentação em reservas é reconhecida de forma reflexa em seu patrimônio líquido. **2.3. Conversão de moeda estrangeira:** As transações em moeda estrangeira são convertidas para a moeda funcional e a apresentação da Companhia. **2.4. Instrumentos financeiros:** Os ganhos e as perdas de variação cambial resultantes da liquidação dessas transações e a conversão de ativos e passivos monetários em moeda estrangeira são reconhecidos no resultado, exceto quando diferidos no patrimônio como operações de hedge de fluxo de caixa qualificadas. **2.5. Moeda funcional e moeda de apresentação:** Os itens incluídos nas demonstrações financeiras são mensurados usando a moeda da principal atividade econômica, ou seja, a Companhia atua ("a moeda funcional"). As demonstrações financeiras são apresentadas em Real, que é a moeda funcional e de apresentação da Companhia. **2.6. Instrumentos financeiros:** 2.6.1. **Ativos financeiros:** A Companhia classifica seus ativos financeiros sob as seguintes categorias: mensurados ao valor justo por meio do resultado, mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes e mensurados ao custo amortizado. A classificação depende da finalidade para a qual os ativos financeiros foram adquiridos. A administração determina a classificação de seus ativos financeiros no reconhecimento inicial. **(a) Ativos financeiros mensurados ao custo amortizado:** Os ativos que são mantidos para a obtenção de fluxos de caixa contratuais, quando tais fluxos de caixa representam apenas pagamento do principal e de juros, são mensurados ao custo amortizado. As receitas com juros provenientes desses ativos financeiros são registradas em receitas financeiras usando o método da taxa efetiva de juros. Quaisquer ganhos ou perdas devido à baixa do ativo são reconhecidos diretamente no resultado e apresentados em outros ganhos/perdas. As perdas por impairment são apresentadas em uma conta separada na demonstração do resultado. **(b) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio do resultado são ativos financeiros mantidos para negociação ativa e frequente. Um ativo financeiro é classificado nessa categoria se for adquirido, principalmente, para fins de venda no curto prazo. Os ativos dessa categoria são classificados no ativo circulante. **(c) Ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes:** Os ativos financeiros mensurados ao valor justo por meio de outros resultados abrangentes são não derivativos, que são designados nessa categoria ou que não são classificados em nenhuma das categorias anteriores. Eles são apresentados como ativos não circulantes, a menos que a administração pretenda alienar o investimento em até 12 meses após a data do balanço. **(d) Redução ao valor recuperável de ativos financeiros:** A Companhia avalia, na data do balanço, se há evidência objetiva de que o valor contábil de um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros, as perdas por impairment reconhecidas na demonstração do resultado de instrumentos de patrimônio líquido não são revertidas por meio da demonstração do resultado. O cálculo de impairment dos instrumentos financeiros é realizado utilizando o conceito híbrido de "perdas de crédito esperadas e incorridas", exigindo um julgamento relevante sobre como as mudanças em fatores econômicos afetam as perdas esperadas de crédito. Referidas provisões serão mensuradas em: (i) perdas de crédito esperadas para 12 meses, (ii) perdas de crédito esperadas para a vida útil do ativo, e (iii) perdas de crédito esperadas de todos os possíveis eventos de inadimplência ao longo da vida esperada de um instrumento financeiro e (iii) perdas de créditos incorridas pela incapacidade de realização dos pagamentos contratuais do instrumento financeiro. **2.6.2. Passivos financeiros:** Os passivos financeiros da Companhia incluem contas a pagar a fornecedores, partes relacionadas e outras contas a pagar, que são mensuradas ao custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos. Ganhos e perdas são reconhecidos na demonstração do resultado no momento da baixa dos passivos, bem como durante o processo de amortização pelo método da taxa de juros efetivos. **2.6.3. Instrumentos financeiros derivativos:** Derivativos são mensurados pelo valor justo, com as variações do valor justo lançadas contra o resultado, exceto quando o deri-

vativo for designado como *hedge accounting*. As coligadas da Companhia documentam, no início da operação, a relação entre os instrumentos de hedge e os itens protegidos por hedge, com o objetivo da gestão de risco e a estratégia para a realização de operações de hedge. As variações no valor justo dos derivativos designados como hedge efetivo de fluxo de caixa têm seu componente efetivo registrado contabilmente no patrimônio líquido ("Ajuste de avaliação patrimonial") e o componente ineficaz registrado no resultado do exercício ("Resultado financeiro"). Os valores acumulados no patrimônio líquido são realizados na demonstração do resultado nos períodos em que o item protegido por hedge afeta o resultado, cujos efeitos são apropriados ao resultado, na rubrica "Resultado líquido de vendas", de modo a "mirar as variações indesejadas do objeto do hedge". **2.4.4. Composição de instrumentos financeiros:** Ativos e passivos financeiros são compensados e o valor líquido é reportado no balanço patrimonial quando há um direito legalmente aplicável de compensar os valores reconhecidos e há uma intenção de liquidá-los numa base líquida, ou realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente. **2.4.5. Instrumentos financeiros por categoria:** Os ativos e passivos financeiros são mensurados ao custo amortizado e são apresentados a seguir:

Ativos	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Caixa e equivalentes de caixa	9.270	4.324	108.516	
Títulos e valores mobiliários	135.655	8.554	165.215	34.961
Contas a receber	-	-	40.496	11.594
Dividendos a receber	10.643	2.389	2.391	
Outros ativos	-	-	394	1.397
Total	135.655	28.467	216.918	158.895

**2.5. Contas a receber:** As contas a receber provenientes da alienação de ativos financeiros da Companhia são avaliadas no momento inicial pelo valor presente, deduzidos da provisão para perdas de crédito esperadas, quando aplicável. O valor presente, quando aplicável, é calculado sobre as parcelas de longo prazo com base na taxa efetiva de juros das vendas a prazo. A referência à taxa de juros é compatível com a natureza, o prazo e os riscos de transações similares em condições de mercado. **2.6. Imposto de renda e contribuição social:** A Companhia optou, em 2023 e 2022, por apurar o imposto de renda e a contribuição social incidente sobre o lucro no regime de tributação "Lucro Real". O encargo de imposto de renda e contribuição social corrente é calculado com base nas leis tributárias promulgadas, ou substancialmente promulgadas, na data do balanço. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e contribuição social diferidos são reconhecidos com relação às diferenças temporárias entre os valores contábeis de ativos e passivos para fins de demonstrações financeiras e os correspondentes valores usados para fins de tributação. O imposto diferido é mensurado com base nas alíquotas que se espera aplicar às diferenças temporárias quando estas forem liquidadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar o valor contábil de seus ativos e passivos. **2.7. Imobilizado:** Os itens são demonstrados pelo custo de aquisição. Terras não são depreciadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e o valor recuperável estimado, quando aplicável. **2.8. Propriedades para investimento:** Representadas por imóveis das controladas da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997. Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação na Fazenda Capitólio na cidade de Leme-SP, para sua coligada Jade Agropecuária Ltda., resultando no aumento de capital social desta investida de R\$ 10 para R\$ 13.639, tendo sido criada uma sociedade unipessoal com 100% das quotas detidas pela Companhia. Essa operação, realizada entre partes relacionadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar o valor contábil de seus ativos e passivos. **2.9. Impairment:** O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e o valor recuperável estimado, quando aplicável. **2.8. Propriedades para investimento:** Representadas por imóveis das controladas da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997. Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação na Fazenda Capitólio na cidade de Leme-SP, para sua coligada Jade Agropecuária Ltda., resultando no aumento de capital social desta investida de R\$ 10 para R\$ 13.639, tendo sido criada uma sociedade unipessoal com 100% das quotas detidas pela Companhia. Essa operação, realizada entre partes relacionadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar o valor contábil de seus ativos e passivos. **2.7. Imobilizado:** Os itens são demonstrados pelo custo de aquisição. Terras não são depreciadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e o valor recuperável estimado, quando aplicável. **2.8. Propriedades para investimento:** Representadas por imóveis das controladas da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997. Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação na Fazenda Capitólio na cidade de Leme-SP, para sua coligada Jade Agropecuária Ltda., resultando no aumento de capital social desta investida de R\$ 10 para R\$ 13.639, tendo sido criada uma sociedade unipessoal com 100% das quotas detidas pela Companhia. Essa operação, realizada entre partes relacionadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar o valor contábil de seus ativos e passivos. **2.9. Impairment:** O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e o valor recuperável estimado, quando aplicável. **2.8. Propriedades para investimento:** Representadas por imóveis das controladas da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997. Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação na Fazenda Capitólio na cidade de Leme-SP, para sua coligada Jade Agropecuária Ltda., resultando no aumento de capital social desta investida de R\$ 10 para R\$ 13.639, tendo sido criada uma sociedade unipessoal com 100% das quotas detidas pela Companhia. Essa operação, realizada entre partes relacionadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar o valor contábil de seus ativos e passivos. **2.7. Imobilizado:** Os itens são demonstrados pelo custo de aquisição. Terras não são depreciadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e o valor recuperável estimado, quando aplicável. **2.8. Propriedades para investimento:** Representadas por imóveis das controladas da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997. Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação na Fazenda Capitólio na cidade de Leme-SP, para sua coligada Jade Agropecuária Ltda., resultando no aumento de capital social desta investida de R\$ 10 para R\$ 13.639, tendo sido criada uma sociedade unipessoal com 100% das quotas detidas pela Companhia. Essa operação, realizada entre partes relacionadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar o valor contábil de seus ativos e passivos. **2.9. Impairment:** O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e o valor recuperável estimado, quando aplicável. **2.8. Propriedades para investimento:** Representadas por imóveis das controladas da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997. Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação na Fazenda Capitólio na cidade de Leme-SP, para sua coligada Jade Agropecuária Ltda., resultando no aumento de capital social desta investida de R\$ 10 para R\$ 13.639, tendo sido criada uma sociedade unipessoal com 100% das quotas detidas pela Companhia. Essa operação, realizada entre partes relacionadas, baseando-se nas alíquotas que foram decretadas ou substancialmente decretadas até a data do balanço. A mensuração do imposto diferido reflete as consequências tributárias que seguiriam a maneira sob a qual o Grupo espera recuperar o valor contábil de seus ativos e passivos. **2.7. Imobilizado:** Os itens são demonstrados pelo custo de aquisição. Terras não são depreciadas. O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado ao seu valor recuperável quando o valor contábil do ativo é maior do que seu valor recuperável estimado. Os ganhos e as perdas de alienações são determinados pela comparação dos resultados com o seu valor contábil e o valor recuperável estimado, quando aplicável. **2.8. Propriedades para investimento:** Representadas por imóveis das controladas da Companhia, mantidos para arrendamento e valorização e demonstrados ao valor de custo depreciado. Em 13 de setembro de 2021, a Companhia alienou sua participação no imóvel localizado na cidade de Araras-SP, para a empresa Civesa S.A. pelo valor de R\$ 1.997. Em 30 de novembro de 2021, os acionistas aprovaram a cessão de sua participação

...continuação

## SAN GIOVANNI PARTICIPAÇÕES S.A. - CNPJ/MF nº 20.845.448/0001-13

Notas explicativas da administração às demonstrações financeiras em 31 de março de 2023 - Em milhares de reais

segue não registrado. **c) Comentários adicionais sobre as sociedades ligadas:** As demonstrações financeiras da LUN Participações S.A. e São Martinho S.A. foram examinadas pelos mesmos auditores independentes da Companhia para a data-base de 31 de março de 2023 e as demonstrações financeiras da Agro Pecuária Vale do Corumbatã e Imobiliária Paramirim S.A. foram revisadas conforme a NBC TR 2400 - Trabalhos de Revisão de Demonstrações Contábeis, por outros auditores independentes em 31 de março de 2023, sendo que a data-base das demonstrações financeiras utilizadas para cálculo da equivalência patrimonial foi 31 de março de 2023. **(d) Outros investimentos:** O saldo registrado sobre outros investimentos correspondem aos investimentos mantidos pelas controladas Velvet Participações S.A. e Jottapar Participações S.A., substancialmente nas empresas Safira Agropecuária Ltda. e Lotamento Colina do Engenho I, que possuem como objeto social o desenvolvimento de atividades imobiliárias e loteamento.

### 10. Imobilizado

	Consolidado					
	Terras e terrenos	Edificações	Máquinas e equipamentos	Veículos	Móveis e utensílios	Equipamentos de informática
<b>Em 1º de abril de 2021</b>	<b>21.708</b>	<b>5.617</b>	<b>252</b>	<b>643</b>	<b>442</b>	<b>187</b>
Adições	78	-	-	-	-	39
Baixas	(137)	-	-	(2)	-	-
Transferências	-	14.823	-	-	-	(2.666)
Depreciação	-	(636)	(2)	(187)	(51)	(55)
<b>Em 31 de março de 2022</b>	<b>21.649</b>	<b>19.804</b>	<b>250</b>	<b>454</b>	<b>391</b>	<b>171</b>
Custo total	21.649	21.847	261	1.008	725	1.368
Depreciação acumulada	-	(2.043)	(11)	(554)	(334)	(456)
Valor residual	21.649	19.804	250	454	391	171
<b>Em 1º de abril de 2022</b>	<b>21.649</b>	<b>19.804</b>	<b>250</b>	<b>454</b>	<b>391</b>	<b>171</b>
Adições	753	9.379	-	488	-	123
Baixas	(636)	-	-	(87)	-	-
Depreciação	-	(1.061)	(1)	(158)	(45)	(70)
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<b>21.766</b>	<b>28.122</b>	<b>249</b>	<b>697</b>	<b>346</b>	<b>224</b>
Custo total	21.766	31.226	261	1.315	725	1.949
Depreciação acumulada	-	(3.104)	(12)	(618)	(379)	(527)
Valor residual	21.766	28.122	249	697	346	224
Taxa anual média de depreciação:	4%	10%	20%	20%	10%	20%

**11. Imposto de renda e contribuição social:** O imposto de renda e a contribuição social diferidos são calculados sobre os prejuízos fiscais do imposto de renda, a base de cálculo negativa acumulada de contribuição social e as correspondentes diferenças temporárias entre as bases de cálculo do imposto sobre ativos e passivos e os valores contábeis das demonstrações financeiras. Impostos diferidos ativos são reconhecidos na extensão em que seja provável que o lucro futuro tributável esteja disponível para serem utilizados na compensação das diferenças temporárias e/ou prejuízos fiscais e bases negativas, com base em projeções de resultados futuros elaborados e fundamentadas em premissas internas e cenário econômico futuro que podem, portanto, sofrer alterações. A Administração avalia, periodicamente, as posições assumidas pela Companhia nas declarações de impostos de renda com relação às situações em que a regulamentação fiscal aplicável dá margem a interpretações. Estabelece provisões, quando apropriado, com base nos valores estimados de pagamento às autoridades fiscais. As alíquotas desses impostos são de 25% para o imposto de renda e de 9% para a contribuição social. O imposto de renda e a contribuição social são apresentados líquidos, por entidade contribuinte, no passivo quando houver montantes a pagar, ou no ativo quando os montantes antecipadamente pagos excedem o total devido na data do relatório.

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Lucro antes do imposto de renda e da contribuição social	285.506	340.569	288.640	355.139
Alíquota máxima	34%	34%	34%	34%
	(97.072)	(115.793)	(98.138)	(120.747)
Ajustes para apuração da alíquota efetiva:				
Resultado de equivalência patrimonial	97.356	126.317	84.470	127.823
Exclusões (adições) permanentes, líquidas	(1.907)	(9.539)	(1.907)	(9.539)
Diferencial de alíquota (presumido/real)	-	-	11.826	7.129
Utilização de prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	1.623	-	4.135	-
Prejuízo fiscal e base negativa não constituídos	-	(985)	(1.397)	(4.412)
Outros efeitos	(29)	(15)	(1.990)	(2.104)
Tributos no resultado	(29)	(15)	(3.001)	(1.850)

**A Diretoria** **Controlador - Luiz Antonio Cornélio - CRC 1SP 172.573/0-5**

### 9. Propriedades para investimentos

	Consolidado		
	Terras	Edificações	Total
<b>Em 31 de março de 2021</b>	<b>34.862</b>	<b>2.110</b>	<b>36.972</b>
Adições	222	-	222
Baixas	-	(2.066)	(2.066)
Depreciação	-	(44)	(44)
<b>Em 31 de março de 2022</b>	<b>35.084</b>	<b>-</b>	<b>35.084</b>
Adições	14	-	14
Baixas	(128)	-	(128)
<b>Em 31 de março de 2023</b>	<b>34.970</b>	<b>-</b>	<b>34.970</b>

**12. Passivos contingentes:** A Companhia e suas controladas não possuem ações judiciais e processos administrativos em que sejam parte envolvida com probabilidade de perda possível ou provável, motivo pelo qual não há provisão de contingências constituída.

**13. Patrimônio líquido: (a) Capital social:** O capital social em 31 de março de 2023 e 2022, totalmente subscrito e integralizado no montante de R\$ 346.065, está representado por 346.065.455 ações (ordinárias e preferências conforme quadro abaixo). **(b) Ajustes de avaliação patrimonial de coligada (reflexos):** *Overhead cost:* Correspondem a mais-valia da custo atribuído de Terras, Edificações e dependências, Equipamentos e instalações industriais, Veículos e Máquinas e implementos agrícolas da São Martinho S.A., Imobiliária Paramirim S.A. e Agropecuária Vale do Corumbatã S.A. Os valores estão registrados líquidos dos efeitos tributários, são realizados com base nas depreciações, baixas ou alienações dos respectivos bens e os montantes apurados da realização são transferidos para a rubrica "Lucros acumulados". Em 8 de novembro de 2021, a São Martinho S.A. e suas controladas São Martinho Terras Agrícola ("SMTA") e São Martinho Terras Imobiliárias ("SMTI") realizaram uma cisão parcial da SMTA seguida de incorporação da parcela cindida pela SMTI. Em decorrência dessa operação, a São Martinho S.A. ajustou o montante de R\$ 157.678 de tributo diferido sobre a mais-valia de custo atribuído de terra na conta de Ajuste de Avaliação Patrimonial no patrimônio líquido, em contrapartida da conta de investimento, gerando efeitos reflexos de ajustes de avaliação patrimonial da Companhia no montante de R\$ 38.606. *Hedge accounting:* Correspondem aos resultados de operações com instrumentos financeiros derivativos, em aberto, da São Martinho S.A., classificadas como *hedge accounting* (proteção) de fluxo de caixa. O referido saldo é revertido do patrimônio líquido em etapas, na proporção em que ocorrem a realização das operações correlatas na coligada. **(c) Destinação dos lucros:** Aos acionistas é assegurado dividendo mínimo de 5% do lucro líquido do exercício, após deduzidos os prejuízos acumulados e a apropriação da reserva legal. Os juros sobre o capital próprio - JCP, quando aplicáveis, são calculados de acordo com o artigo 9º da Lei nº 9.249/95 e os montantes destinados a esse fim, no decorrer do exercício, são deduzidos das bases de cálculo do imposto de renda e contribuição social. De acordo com a legislação vigente, o referido montante, líquido do imposto de Renda Retido na Fonte - IRRF (de 15%), foi imputado aos dividendos mínimos obrigatórios do exercício. O benefício fiscal dos juros sobre capital próprio é reconhecido na demonstração de resultado.

**Relatório do auditor independente sobre as demonstrações financeiras**

Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realiza-

	Controladora	
	2023	2022
Lucro líquido do exercício	285.477	340.554
Constituição de reserva legal - 5% (limitado a 20% do capital social)	(14.274)	(17.028)
Base para distribuição de dividendos mínimos obrigatórios	271.203	323.526
Dividendos mínimos obrigatórios - 5%	13.560	16.176
Saldo no início do exercício	-	11.285
Juros sobre capital próprio e dividendos	64.784	74.726
Dividendos e JCP pagos - efeito não caixa (*)	(8.579)	(3.229)
Pagamentos efetuados no exercício	(58.205)	(82.782)
Dividendos mínimos obrigatórios a pagar	-	-

(\*) Refere-se ao Imposto de Renda Retido na Fonte (IRRF) proveniente do JCP distribuído de 5% do lucro líquido do exercício e não poderá exceder a 20% do capital social. A reserva legal tem por fim assegurar a integridade do capital social e somente poderá ser utilizada para compensar prejuízo e aumentar o capital. O saldo remanescente de lucros acumulados e/ou do lucro líquido do exercício, em 2021 e em 2020, foi transferido para a conta de reserva de lucros - "Retenção". Nesse contexto, e considerando o excesso de reservas de lucros em relação ao capital social da Companhia, os acionistas estão avaliando, junto aos seus administradores e consultores jurídicos, as possíveis destinações para equacionar essa situação, para subsequente deliberação em Assembleia Geral. **(e) Reserva de incentivos fiscais - reflexo:** Em Assembleia Geral Ordinária realizada em 29 de julho de 2016, os acionistas da São Martinho aprovaram a constituição da reserva de incentivos fiscais, efeito reflexo dos incentivos fiscais da UVB, unidade produtiva da São Martinho. O montante registrado decorre do programa de incentivo fiscal junto ao estado de Goiás na forma de diferimento do pagamento do imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços - ICMS incidentes sobre a comercialização de etanol hidratado, denominado "Programa de desenvolvimento Industrial de Goiás - Produzir", com redução parcial deste. **(e) Efeitos da redução e aumento de capital social na controlada João Ometto Participação:** Conforme divulgado na nota 8, em Assembleia Geral Extraordinária - AGE realizada em 20 de novembro de 2021, os acionistas da João Ometto Participações S.A. aprovaram a redução de capital no montante de R\$ 57.905, como o consequente cancelamento de 17.088.391 ações ordinárias sem valor nominal e a restituição de capital aos sócios, mediante a entrega de participação societária detida pela Companhia no capital social da São Martinho S.A. Ocorrendo uma perda de participação na controladora reflexa R\$ 53.508. Nesta mesma ata, também foi aprovado o aumento de participação da San Giovanni na JCP, passando de 92,41% para 100% de participação, evento que culminou em um ganho de participação no montante de R\$ 86.589.

O efeito líquido no ganho de participação foi de R\$ 33.081. **(f) Ações em tesouraria de investida indireta:** As ações realiquidadas pela investida indireta São Martinho S.A. são reconhecidas ao custo de aquisição em conta redutora do patrimônio líquido. Nenhum ganho ou perda é reconhecido na demonstração do resultado da investida no momento da compra, venda, emissão ou cancelamento de instrumentos patrimoniais próprios. Os efeitos reconhecidos no patrimônio líquido da investida são reconhecidos por reflexo na Companhia.

### 14. Receitas

	Consolidado	
	2023	2022
Arrendamento de terras e aluguéis de imóveis	6.356	5.872
Vendas de imóveis	31.730	20.245
Outras receitas	-	1.371
	38.086	27.288
Tributos sobre as vendas	(1.643)	(1.117)
	36.443	26.171

### 15. Custos e despesas por natureza

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
Custo dos imóveis vendidos	-	-	(628)	(3.170)
Pessoal	-	-	(8.063)	(6.939)
Serviços de terceiros	(745)	(1.193)	(3.051)	(3.959)
Doações	(5.610)	(28.057)	(5.610)	(28.057)
Outras receitas (despesas)	195	63	(3.186)	(5.095)
	(6.160)	(29.187)	(20.538)	(47.220)

### Classificadas como:

Custos	-	-	(628)	(3.173)
Despesas gerais e administrativas	(6.160)	(29.187)	(19.910)	(44.047)
	(6.160)	(29.187)	(20.538)	(47.220)

### 16. Outras receitas (despesas) operacionais

	Consolidado	
	2023	2022
Venda de terreno	16.080	-
Baixa de projetos (*)	(196)	(5.068)
Outras despesas	(495)	(1.149)
	15.389	(5.217)

(\*) Em 2022, refere-se a baixa de investimentos em projetos imobiliários de controladas para os quais a administração considera não haver perspectivas recuperabilidade até o momento.

### 17. Resultado financeiro

	Controladora		Consolidado	
	2023	2022	2023	2022
<b>Receitas financeiras</b>				
Rendimentos de aplicações financeiras	10.174	731	18.911	8.140
Atualizações financeiras	34	-	78	561
Outras receitas financeiras	32	-	35	-
	10.240	731	19.024	8.701

### Despesas financeiras

Pis/Cofins sobre receitas financeiras (*)	(4.714)	(2.309)	(9.704)	(5.105)
Perdas em aplicações financeiras	-	(176)	(396)	(702)
Despesas bancárias	-	(11)	(17)	(155)
	(4.714)	(2.496)	(10.117)	(5.962)

### Resultado financeiro

	5.526	(1.765)	8.907	2.739
--	-------	---------	-------	-------

### 18. Lucro por ação

	2023		2022	
	R\$	milhares	R\$	milhares
Lucro líquido atribuível aos acionistas da Companhia	285.477	340.554		
Média ponderada do número de ações ordinárias no exercício	280.555	280.555		
<b>Resultado básico por ação</b>			1,10	1,31

### 19. Gerenciamento de riscos:

A Companhia, através de suas ligadas indiretas, está exposta a riscos de mercado, que inclui riscos de variação cambial, volatilidade de preço de *commodities* e taxa de juros, risco de crédito e risco de liquidez. A administração entende que o gerenciamento de risco é fundamental para (i) monitoramento contínuo dos níveis de exposição em função dos volumes de vendas contratadas; (ii) as estimativas do valor de cada risco tendo por base os limites de exposição cambial e dos preços de venda do açúcar estabelecidos; e (iii) previsão de fluxos de caixa futuros e o estabelecimento de limites de alçada de aprovação para a contratação de instrumentos financeiros destinados à precificação de produtos e à proteção contra variação cambial e volatilidade dos preços. Os instrumentos financeiros derivativos em suas ligadas são contratados exclusivamente com a finalidade de precificar e proteger as operações de exportação de açúcar e etanol das controladas contra riscos de variação cambial e de flutuação do preço do açúcar no mercado internacional. Não são efetuadas operações com instrumentos financeiros com fins especulativos ou para proteção de ativos ou passivos financeiros. **Risco do fluxo de caixa ou valor justo associado com taxa de juros:** A Companhia segue a prática de obter empréstimos e financiamentos indexados a taxas pós-fixadas. No que diz respeito aos empréstimos e financiamentos em moeda nacional, ocorre uma mitigação natural do risco de flutuação de taxas de juros, uma vez que as aplicações financeiras são todas indexadas a taxas pós-fixadas. Com relação aos empréstimos e financiamentos em moeda estrangeira, a Companhia entende que os juros reagem aos movimentos da economia, de forma que, quando apresentam aumento, de maneira geral a economia está aquecida, permitindo que a Companhia pratique preços de venda acima da média histórica. **Risco de crédito:** A gestão de risco de crédito ocorre por meio de contratação de operações apenas em instituições financeiras de primeira linha que atendem aos critérios de avaliação de riscos da Companhia que controla mensalmente sua exposição tanto em derivativos quanto em aplicações financeiras, com critérios de concentração máxima em função do *rating* da instituição financeira. **Risco de liquidez:** O Departamento Financeiro monitora as previsões contínuas das exigências de liquidez da Companhia para assegurar que haja caixa suficiente para atender às necessidades operacionais. O excesso de caixa mantido pelas entidades operacionais, além do saldo exigido para administração do capital circulante, é investido em contas correntes com incidência de juros, depósitos a prazo, depósitos de curto prazo e títulos e valores mobiliários, escolhendo instrumentos com vencimentos apropriados ou liquidez suficiente para fornecer pagamento conforme determinado pelas previsões acima mencionadas.

**20. Eventos subsequentes: Efeitos sobre pagamento de JCP da controlada João Ometto Participações S.A.:** Em decorrência do JCP recebidos das investidas São Martinho S.A. e LUN Participações S.A., a diretoria da Companhia João Ometto Participações S.A. aprovou em 23 de junho de 2023, o pagamento de JCP no valor bruto de R\$ 29.759.917,57 (vinte e nove milhões, setecentos e trinta e nove mil, novecentos e dezessete reais e cinquenta e sete centavos), com retenção de IRRF e que foi pago aos acionistas da Companhia no dia 04 de julho de 2023, sem atualização monetária, e será deduzido dos dividendos do exercício social a ser encerrado em 31 de março 2024.

Companhia e suas controladas, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas conforme essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Responsabilidades da administração pelas demonstrações financeiras:** A administração da Companhia é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

**Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras individuais e consolidadas, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realiza-

de continuidade operacional da Companhia. Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia não mais se manter em continuidade operacional. Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras individuais e consolidadas, inclusive as divulgações e se essas demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

• Obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente referente às informações financeiras das entidades ou atividades de negócio do grupo para expressar uma opinião sobre as demonstrações financeiras individuais e consolidadas. Somos responsáveis pela direção, supervisão e desempenho da auditoria do grupo e, consequentemente, pela opinião de auditoria. Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance e da época dos trabalhos de auditoria planejados, e das constatações significativas de auditoria, inclusive as deficiências significativas nos controles internos que, eventualmente, tenham sido identificadas durante nossos trabalhos.

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

CRC 1PR035795/0-1 "T" SP

Ribeirão Preto, 19 de julho de 2024

Maurício Cardoso de Moraes  
Contador

# Jornal DIASP

## GCB Securitizadora S.A.

(anteriormente denominada Vert-Adiante II Companhia Securitizadora de Créditos Comerciais). CNPJ nº 44.762.192/0001-49

**Demonstrações financeiras em 31/12/2023 e período de 16 de fevereiro de 2022 (início da operação) a 31/12/2022**

Balancos patrimoniais em 31/12/2023 e de 2022		
Ativo circulante	Notas 31/12/23	31/12/22
Caixa e equivalentes de caixa	3	4.759
Receíveis - Operação Adiante	4	741
Receíveis - Operação Soja	5	8.564
Contas a receber - PEER TOKEN		776
Impostos a recuperar	5	5
Outras contas a receber		41
<b>Total do ativo circulante</b>	<b>14.845</b>	<b>8.142</b>
Total do ativo	14.845	8.142

Passivo e patrimônio líquido		
Notas 31/12/23	31/12/22	
Contas a pagar	2	2
Obrigações fiscais	18	17
Obrigações com partes relacionadas	6	8.289
Juros a apropriar	7	634
Debitantes	7	5.463
Outras obrigações		278
<b>Total do passivo e patrimônio líquido</b>	<b>14.845</b>	<b>8.142</b>

**Notas explicativas da Administração**

**1. Contexto operacional:** A GCB Securitizadora S.A. (anteriormente denominada Vert-Adiante II Companhia Securitizadora de Créditos Comerciais) ("Companhia"), foi constituída no dia 27/12/2021 como uma sociedade limitada e alterou seu tipo societário para sociedade anônima (S.A.) posteriormente através de assembleia geral de seus acionistas. O objeto social da Companhia é a aquisição e a securitização de créditos oriundos de operações praticadas por instituições financeiras e pelas demais entidades pertencentes ao conglomerado financeiro desde que enquadradas nos termos do artigo 1º da Resolução nº 2.686, de 26/01/2000, do CMN, a emissão e a colocação, privada ou junto aos mercados financeiro e de capitais, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitadas as cláusulas da legislação e da regulamentação aplicáveis; a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; e a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos. **1.1. Data de início da emissão:** 1ª emissão: No dia 16/02/2022, a Companhia realizou a 1ª (primeira) emissão de debêntures simples realizadas em 2 (duas) séries, totalizando R\$ 100.000 (cem mil) debêntures, sendo, 60.000 (sessenta mil) Debêntures da Série Sênior, e 40.000 (quarenta mil) debêntures da Série Júnior, o valor total da emissão perfaz no montante de R\$100.000 (cem mil reais), na Data de Emissão e está dividida da seguinte forma: R\$50.000 (sessenta mil reais) em debêntures (Sênior) e R\$50.000 (quarenta mil reais) em debêntures (Subordinada).

**1.2. Sumário das operações efetuadas:** A emissora tem por objeto social: (i) a aquisição e a securitização de quaisquer direitos creditórios oriundos por atividades empresariais e de quaisquer títulos e valores mobiliários representativos de tais direitos creditórios ou lastreados em tais direitos creditórios; (ii) a Emissão e a colocação, pública ou privada, de qualquer título ou valor mobiliário compatível com suas atividades, respeitadas os trâmites da legislação e da regulamentação aplicáveis; (iii) a realização de negócios e a prestação de serviços relacionados às operações de securitização de créditos supracitadas; (iv) a realização de operações de hedge em mercados derivativos visando à cobertura de riscos na sua carteira de créditos; e (v) quaisquer atividades acessórias ao cumprimento do objeto social da Emissora. **1.3. Forma de utilização derivativos e os riscos envolvidos:** A emissão não conta com a contratação de instrumentos financeiros derivativos, motivo pelo qual não foram identificados riscos relacionados à contratação desses instrumentos na estrutura da emissão. **1.4. Mecanismos de retenção e risco utilizados na estrutura da securitização:** tais como garantias reais ou fidejussórias, subordinação ou coobrigação, assim como, se for o caso, a utilização desses mecanismos durante o período: Cessão fiduciária (i) dos Direitos Creditórios Vinculados (conforme descrito nesta Escritura de Emissão) e (ii) de titular em favor da Companhia. **2. Base de elaboração:** As demonstrações financeiras são preparadas utilizando o custo histórico como base de valor, exceto pela valorização de certos ativos e passivos como instrumentos financeiros, os quais são mensurados pelo valor justo. **2.3. Ajustes de resultados:** Salários, custos e despesas são contabilizados pelo regime de competência, incluindo os efeitos das variações monetárias computados sobre ativos e passivos indexados. **2.4. Imposto de renda e contribuição social:** A liquidação por imposto de renda é constituída com base no lucro real (tributável) à alíquota de 15%, acrescida do adicional de 10% e a provisão para contribuição social à alíquota de 5%, conforme legislação em vigor. A Companhia não constitui créditos tributários, estes sendo reconhecidos somente no momento em que houver perspectiva consistente de sua realização. **2.5. Caixa e equivalentes de caixa:** Os equivalentes de caixa são mantidos com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, e não para investimento ou outros fins. A Companhia considera equivalentes de caixa uma aplicação financeira de conversibilidade imediata em um montante conhecido de caixa e estando sujeita a um insignificante risco de mudança de valor. Por conseguinte, um investimento, normalmente, se qualifica como equivalente de caixa quando tem vencimento de curto prazo, como por exemplo, três meses ou menos, a contar da data da contratação. **2.6. Instrumentos financeiros:** Os ativos e passivos financeiros são inicialmente mensurados pelo custo amortizado e subsequentemente mensurados ao valor justo, ou mantidos a custo amortizado. **Classificação e mensuração dos ativos e passivos financeiros:** Os ativos financeiros estão classificados nas seguintes categorias: Custo amortizado, valor justo por meio de avaliação independente e valor justo por meio do resultado. A classificação e a mensuração subsequente de ativos financeiros dependem do modelo de negócio no qual são administrados e das características de seus ativos de caixa. **Custo amortizado:** O custo amortizado é o valor pelo qual o ativo ou passivo financeiro é mensurado no reconhecimento inicial, mais atualizações efetuadas utilizando o método de juros efetivos, menos a amortização do principal e juros, ajustado para quaisquer provisões para perda de crédito esperada. **Estão classificados nesta categoria as contas a receber de clientes e partes relacionadas, despesas antecipadas, títulos e valores mobiliários e outras contas a receber. Valor justo:** Valor justo é o preço que seria recebido pela venda de um ativo ou o valor pago para assumir um passivo em uma transação ordenada entre participantes do mercado na data de mensuração. **Estão classificados nesta categoria os CCBs e Equivalentes de Caixa.** **2.7. Critérios para a constituição de provisão para perdas por redução do valor de recebimentos dos direitos creditórios: Provisão para perdas esperadas:** Os requerimentos de avaliação da Provisão para perdas esperadas de ativos financeiros são baseados em um modelo de perda de crédito esperada, a qual fica desde já estabelecido, mediante a realização da Assembleia Geral de Debênturistas e sem prejuízo da adoção de provisões junto ao Cedente, nos termos do Contrato de Alienação e Aquisição de Direitos Creditórios, que a Emissora poderá ceder para terceiros os Créditos Comerciais que integram os Direitos Creditórios Vinculados, desde que estejam inadimplidas por mais de 180 (cento e oitenta) dias e obedecendo a forma de cálculo de provisionamento de devedores duvidosos prevista na Resolução do CMN nº 2.682, de 21/12/1999, conforme alterada ("FOD"). **Atraso entre 1 e 14 dias:** risco nível A, no mínimo, I - 0,5% (meio por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível A; **Atraso entre 15 e 30 dias:** risco nível B, no mínimo, II - 1% (um por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível B; **Atraso entre 31 e 60 dias:** risco nível C, no mínimo, III - 3% (três por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível C; **Atraso entre 61 e 90 dias:** risco nível D, no mínimo, IV - 10% (dez por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível D; **Atraso entre 91 e 120 dias:** risco nível E, no mínimo, V - 30% (trinta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível E; **Atraso entre 121 e 150 dias:** risco nível F, no mínimo, VI - 50% (cinquenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível F; **Atraso entre 151 e 180 dias:** risco nível G, no mínimo, VII - 70% (setenta por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível G; **Atraso superior a 180 dias:** risco nível H, VIII - 100% (cem por cento) sobre o valor das operações classificadas como de risco nível H. **2.8. Outros ativos e passivos (circulantes e não circulantes):** Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seu benefício econômico futuro será gerado em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou constituída como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores

Demonstração do resultado		
Notas 31/12/23	31/12/22	31/12/22
Receita líquida	9	199
Resultado bruto		199
Despesas operacionais	10	—
Despesas gerais e administrativas	(394)	(433)
Provisão para perda de crédito esperada	(2.088)	(606)
Provisão de remuneração dos debenturistas	2.632	657
<b>Resultado financeiro antes</b>	<b>349</b>	<b>(382)</b>
<b>Resultado financeiro</b>	<b>349</b>	<b>(382)</b>
Receitas financeiras	11.1	1.110
Despesas financeiras	11.2	(1.069)
IR e CS correntes		(109)
<b>Lucro líquido do exercício / período</b>	<b>281</b>	<b>—</b>
Resultado por ação referente às ações ordinárias		—
Resultado por ação referente às ações preferenciais		—
<b>Resultado líquido do exercício</b>	<b>281</b>	<b>—</b>
Resultado líquido abrangente		—
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>281</b>	<b>—</b>

**Demonstração do resultado abrangente**

31/12/23	31/12/22
Resultado líquido do exercício	281
Resultado líquido abrangente	281
<b>Resultado abrangente do exercício</b>	<b>281</b>

**segregação dos valores por entidade que retere substancialmente os riscos e benefícios:** Não há aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira. A aquisição substancial de riscos e benefícios da carteira, ocorrem por parte dos titulares de cada série, segundo a subordinação prevista no instrumento de escritura da emissão, conforme aplicável. **5. Receíveis - Operação Soja:** No dia 16/02/2022 a Companhia firmou contrato de cessão e aquisição de direitos creditórios futuros e outras avenças com a Cedente Soja Comercial Agrícola Ltda. O prazo da operação estabelecido no contrato é até 30/06/2024. Por meio deste contrato a Companhia adquiriu parcelas de uma subordinação de Direitos Creditórios, títulos, centralizados em créditos, ou ainda quaisquer outros documentos representativos de operações, negócios, serviços ou, ainda, estruturas de incentivo, fomento, financiamento, empréstimo ou de qualquer forma relacionados com a produção, comercialização, beneficiamento ou ainda, industrialização de produtos, insumos, maquinários ou implementos utilizados nas atividades relacionadas com a agropecuária e a agropecuária como um todo, doravante denominados como ("Fluxos de Pagamentos") ("Direitos") Creditórios(s) ou ("Receíveis(s)"), mesmo que individualmente considerados, o que se dará em moeda corrente nacional nos termos do Contrato.

**Composição dos recebíveis:**

Descrição	31/12/23	31/12/22
Carteira de crédito	7.930	—
Juros da operação	634	—
Captação	8.564	—
<b>Total</b>	<b>17.128</b>	<b>—</b>

**Movimentação dos recebíveis:**

31/12/23	31/12/22
Aquisição com efeito caixa	10.780
Aquisição por recebimento de serviços prestados junto à FMI Securitizadora S.A. Esses empréstimos são considerados em conformidade com o item 9.1 do Anexo 9)	220
Juros da operação	634
Cessão de recebíveis (i)	(3.070)
<b>Total</b>	<b>8.564</b>

No último trimestre de 2023 a Companhia cedeu parcela dos Recebíveis da Operação Soja englobando o valor de R\$ 3.070. **6. Empréstimos com partes relacionadas:**

31/12/23	31/12/22
Aquisição por recebimento de serviços prestados	8.901
Captação	8.289
Pagamentos	(612)
<b>Total (i)</b>	<b>8.289</b>

(i) A Companhia possui empréstimos para partes relacionadas, obtidos junto à FMI Securitizadora S.A. Esses empréstimos são considerados em conformidade com o item 9.1 do Anexo 9) do Contrato. **7. Debenturistas e Códigos da Escritura:** De acordo a escritura das Debenturistas, a 1ª Emissão foi realizada em 16/02/2022, no montante de R\$ 100.000 (cem mil reais), realizada em duas séries, sendo a primeira, a Série Sênior e a segunda, a Série Júnior, ambas com vencimento em 16/02/2024. **Remuneração:** As Debenturistas da Série Sênior farão jus a juros remuneratórios correspondentes à taxa de spread de 8% a.a, os quais serão pagos semestralmente aos Debenturistas. As Debenturistas da Série Júnior não farão jus a remuneração, exceto ao prêmio equivalente à retença residual oriunda dos Direitos Creditórios Vinculados, se houver, a ser pago na Data de Vencimento, após o resgate integral das Debenturistas da Série Sênior. **Garantias:** Cessão fiduciária (i) dos Direitos Creditórios Vinculados (conforme definido nesta Escritura de Emissão) de que é titular em decorrência dos Créditos Comerciais que foram adquiridos pela Emissora com os recursos provenientes da presente Emissão (ii) dos direitos creditórios decorrentes da Conta Exclusiva, e (iii) dos direitos creditórios decorrentes dos Investimentos Permitidos. **Movimentação das debêntures**

31/12/23	31/12/22
Saldo inicial	8.122
(+) Juros incorridos (Vide Nota Explicativa 7)	1.012
(+) Integralizações	—
(-) Pagamentos Juros	(1.040)
(-) Provisão para perda de crédito esperada	(2.632)
(-) Saldo final	5.463
<b>Circulante</b>	<b>5.463</b>
<b>Outras debêntures</b>	<b>2.669</b>
<b>Total</b>	<b>8.132</b>

**Composição de Pagamento: Natureza, Modalidade e Periodicidade Data:** • Juros Remuneratórios Pagamento Periódico Semestral 16/02/2024. • Valor Nominal Amortização Ordinária Data de Vencimento 16/02/2024. **Principais direitos políticos inerentes a cada classe de debêntures:** • **Classe Sênior:** Os debenturistas da presente Emissão (ii) reunir-se em assembleia geral de debenturistas, realizada e convocada de acordo com o disposto no artigo 71, da Lei das Sociedades por Ações, em deliberação sobre matéria de interesse do conjunto dos titulares das Debenturistas ("Assembleia Geral de Debenturistas"). As Assembleias Gerais de Debenturistas deverão ser realizadas de forma presencial, podendo ser realizadas por conferência telefônica, video conferência ou por qualquer outro meio eletrônico, conforme a legislação aplicável. **8.1. Patrimônio Líquido:** 8.1.1. **Capital Social:** O capital social subscrito e a integralizar da GCB Securitizadora S.A. em 31/12/2022, é de R\$ 5 (cinco mil Reais), divididos em 5.000 (cinco mil) quotas, com valor nominal de R\$ 1 (um Real) cada. **8.2. Reserva Legal:** A reserva legal é constituída anualmente como resultado da destinação de 5% do lucro líquido do exercício, e não poderá exceder a 20% do capital social e somente poderá ser utilizada para complementar o pagamento de dividendos e para a aquisição de ações ordinárias da Companhia. **8.3. Resultados de exercício:** Os resultados de exercício obtidos constituirão reservas até seus limites legais, ou até o limite de 10% do patrimônio líquido da Companhia, quando acima dos limites possíveis de constituição de reservas. **9. Receita líquida:** As receitas operacionais iniciaram-se em setembro de 2023 decorrente de serviços de planejamento, coordenação, programação e organização financeira e operacional. **10. Despesas operacionais:** As despesas operacionais são derivadas da manutenção das atividades e sua natureza, para fins de gerenciamento das operações, conforme previstas na escritura. **De 16/02/2022**

31/12/23	31/12/22	
Receita de serviços prestados (Vide Nota Explicativa 5)	220	
(-) Impostos sobre as vendas	(199)	
<b>Total</b>	<b>21</b>	
<b>10. Despesas operacionais:</b> As despesas abaixo, são derivadas da manutenção das atividades e sua natureza, para fins de gerenciamento das operações, conforme previstas na escritura. <b>De 16/02/2022</b>		
Descrição	31/12/23	31/12/22
Auditoria e Assessoria contábil	(46)	(42)
Gestão e estruturação da emissão	(180)	(216)
Agente fiduciário	(57)	(57)
Provisão de remuneração dos debenturistas (Vide Nota Explicativa 7)	2.632	657
Provisão para perda de crédito esperada	(2.088)	(606)
Agência de cobrança de Debêntures (Vide Nota Explicativa 10)	2	—
Agência de aquisição de CCBs	(154)	(118)
<b>Total</b>	<b>150</b>	<b>(382)</b>

**Classificados como**

31/12/23	31/12/22
Despesas gerais e administrativas	(394)
Provisão para perda de crédito esperada	(2.088)
Provisão de remuneração dos debenturistas	2.632
<b>Total</b>	<b>657</b>

**11. Resultado financeiro:** O resultado financeiro é composto por receitas auferidas por aplicações em certificados de depósitos bancários, deduzidos das despesas de juros com emissões e despesas financeiras incorridas no exercício de 2023 e período de 16/02/2022

**Diretoria**

Fábio Rodrigo Muralo - Contador	CNPJ 1SP-212.827/0-0	Baker Tilly 4Partners Auditores Independentes Ltda.	CNPJ 25P-031.269/0-1
---------------------------------	----------------------	---	----------------------

**Relatório dos auditores independentes sobre as demonstrações financeiras**

creditoris, futuros e outras avenças. Os saldos desses direitos creditórios em 31/12/2023 eram de R\$ 741 e R\$ 8.564, respectivamente. Devido à natureza dessas dívidas creditórias, os valores efetivamente realizados podem diferir dos montantes constantes nas demonstrações financeiras em 31/12/2023. Nossa opinião não está modificada a partir deste assunto. **Ausência do Termo de Cessão dos Direitos Creditórios:** Durante a análise das demonstrações financeiras, identificamos que foram cedidos para a PEERB Recebíveis Token S.A., direitos creditórios da operação Soja Comercial Agrícola Ltda, pertencente à GCB Securitizadora S.A., contudo, não foram apresentados atos de emissão deste relatório os termos e transferências dos referidos direitos creditórios. A ausência dos termos de cessão, nos impossibilita assegurar as condições pactuadas entre as partes. Adicionalmente, verificamos que a operação foi encerrada em 30/06/2024, conforme previsto nas Notas Explicativas nº 5 e nº 18. **Outros assuntos:** **Liquidação da operação:** Conforme comentado na Nota Explicativa nº 18, de acordo com a escritura da primeira emissão (1ª), ocorreu o vencimento em 16/02/2024, de ambas as séries, encerrando assim as obrigações dessa emissão. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com informações obtidas na auditoria ou, de outra forma, apresenta distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que estabeleceu ou manteve em vigor para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A administração não se responsabiliza por informações que não foram apresentadas ou não foram divulgadas, quando aplicável, e os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Paulo Humberto Sapiro Moraes - Diretor

**Opinião sobre as demonstrações financeiras:** Examinamos as demonstrações financeiras da GCB Securitizadora S.A. (anteriormente denominada Vert-Adiante II Companhia Securitizadora de Créditos Comerciais), ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentadas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GCB Securitizadora S.A. (anteriormente denominada Vert-Adiante II Companhia Securitizadora de Créditos Comerciais), ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, assim como as correspondentes notas explicativas, incluindo as políticas contábeis materiais e outras informações elucidativas. Em nossa opinião, as demonstrações financeiras apresentadas apresentam adequadamente em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da GCB Securitizadora S.A. (anteriormente denominada Vert-Adiante II Companhia Securitizadora de Créditos Comerciais), ("Companhia"), que compreendem o balanço patrimonial em 31/12/2023, e suas respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil. **Base para opinião sobre as demonstrações financeiras:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. **Ênfases: Realização dos direitos creditórios:** Conforme comentado nas Notas Explicativas nº 4 e 5, os direitos creditórios da carteira de crédito da Companhia originam-se de empréstimos realizados por meio de plataforma eletrônica e de direitos

creditoris, futuros e outras avenças. Os saldos desses direitos creditórios em 31/12/2023 eram de R\$ 741 e R\$ 8.564, respectivamente. Devido à natureza dessas dívidas creditórias, os valores efetivamente realizados podem diferir dos montantes constantes nas demonstrações financeiras em 31/12/2023. Nossa opinião não está modificada a partir deste assunto. **Ausência do Termo de Cessão dos Direitos Creditórios:** Durante a análise das demonstrações financeiras, identificamos que foram cedidos para a PEERB Recebíveis Token S.A., direitos creditórios da operação Soja Comercial Agrícola Ltda, pertencente à GCB Securitizadora S.A., contudo, não foram apresentados atos de emissão deste relatório os termos e transferências dos referidos direitos creditórios. A ausência dos termos de cessão, nos impossibilita assegurar as condições pactuadas entre as partes. Adicionalmente, verificamos que a operação foi encerrada em 30/06/2024, conforme previsto nas Notas Explicativas nº 5 e nº 18. **Outros assuntos:** **Liquidação da operação:** Conforme comentado na Nota Explicativa nº 18, de acordo com a escritura da primeira emissão (1ª), ocorreu o vencimento em 16/02/2024, de ambas as séries, encerrando assim as obrigações dessa emissão. **Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras:** A Administração da Companhia é responsável pelas informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com informações obtidas na auditoria ou, de outra forma, apresenta distorção de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da Administração e da governança pelas demonstrações financeiras:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das

de demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que estabeleceu ou manteve em vigor para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações financeiras, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. A administração não se responsabiliza por informações que não foram apresentadas ou não foram divulgadas, quando aplicável, e os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras. Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras. **Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectará as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtivemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião.

Demonstração das mutações do patrimônio líquido (Passivo a descoberto)		
Capital social subscrito	Capital social subscrito	Total do patrimônio líquido
Capital social subscrito	8	5
Capital social subscrito	(5)	(5)
<b>Saldos em 16/02/2022</b>	<b>3</b>	<b>—</b>
Capital social subscrito	5	(5)
Resultado do período	—	—
<b>Saldos em 31/12/2022</b>	<b>8</b>	<b>(5)</b>
Integralização de capital	5	(5)
Resultado do exercício	—	281
<b>Saldos em 31/12/2023</b>	<b>13</b>	<b>281</b>

Fluxo de caixa das atividades operacionais		
31/12/23	31/12/22	31/12/22
Lucro líquido do exercício / período	281	—
<b>Ajustes por:</b>		
Provisão de remuneração dos debenturistas	(2.632)	(657)
Recebimento sobre a carteira de créditos	(680)	(993)
Agio na aquisição de CCBs	(2)	—
Outros ajustes da carteira de créditos	(321)	1
Provisão para redução a valor recuperável	2.088	606
Juros sobre as debêntures	1.012	802
<b>Redução (aumento) nos ativos operacionais</b>	<b>2.192</b>	<b>(3.842)</b>
Empréstimos e recebíveis (Operação Adiante)	(11.000)	—
Contas a receber - PEER TOKEN	2.504	—
Adiantamento a fornecedores	(5)	—
<b>(Redução) aumento nos passivos operacionais</b>	<b>—</b>	<b>(5)</b>
Contas a pagar	—	28
Outras obrigações	28	—
Obrigações fiscais	131	17
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>(6.399)</b>	<b>(4.069)</b>
<b>Fluxo de caixa das atividades de financiamento</b>		
Captação empréstimos com partes relacionadas	8.901	—
Pagamento de empréstimos com partes relacionadas	(612)	—
Emissão de debêntures	—	7.978
Pagamento de debêntures	(1.040)	—
<b>Caixa líquido proveniente das atividades de financiamento</b>	<b>7.249</b>	<b>7.978</b>
<b>Aumento líquido do saldo de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>850</b>	<b>3.909</b>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício / período	3.909	—
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício / período	4	

## PROTOCOLO DE ASSINATURA(S)

O documento acima foi proposto para assinatura digital na plataforma Certisign Assinaturas. Para verificar as assinaturas clique no link: <https://www.portaldeassinaturas.com.br/Verificar/9F9A-6F3A-EF4E-09CC> ou vá até o site <https://www.portaldeassinaturas.com.br:443> e utilize o código abaixo para verificar se este documento é válido.

Código para verificação: 9F9A-6F3A-EF4E-09CC



### Hash do Documento

6C3FA9EF2C5F3ACF703A9CE4F0A8C8FBA7B38F45873BFD530710278E4DE9D40D

O(s) nome(s) indicado(s) para assinatura, bem como seu(s) status em 04/10/2024 é(são) :

- JORNAL O DIA SP (Signatário - ODIASP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA) - 39.732.792/0001-24 em 04/10/2024 00:02 UTC-03:00  
**Nome no certificado:** O Dia De Sp Editora E Agencia De Noticias Ltda  
**Tipo:** Certificado Digital - O DIA DE SP EDITORA E AGENCIA DE NOTICIAS LTDA - 39.732.792/0001-24

